

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 09 de dezembro de 2020 às 07h59
Seleção de Notícias

O Globo | BR

Direitos Autorais

Austrália a um passo de fazer 'big techs' pagarem pelo uso de notícias 3
ECONOMIA

Brasil Econômico - Online | BR

08 de dezembro de 2020 | Pirataria

Receita apreende R\$ 2,6 bilhões em produtos piratas em 2020 5

G1 - Globo | BR

08 de dezembro de 2020 | Pirataria

Apreensões de produtos piratas pela Receita crescem no país mesmo com pandemia; estado de SP lidera em vestuário falsificado 6

Austrália a um passo de fazer 'big techs' pagarem pelo uso de notícias

ECONOMIA



Projeto de lei que obriga Google e Facebook a negociarem com empresas de mídia é finalizado e será entregue ao Parlamento

SYDNEY

A Austrália finalizou ontem um projeto de lei para fazer Facebook e Google pagarem por conteúdo noticioso, um movimento mundial que tem enfrentado forte oposição de gigantes da **internet** e visa a proteger o jornalismo independente. O texto prevê que as gigantes de tecnologia, as big techs, negociem com editoras e emissoras locais o pagamento pelo uso do conteúdo destas em suas plataformas. Se não houver acordo, a decisão caberá a um árbitro nomeado pelo governo.

O projeto será entregue ao Parlamento hoje. A previsão é que o texto seja votado no ano que vem.

- E uma grande reforma, é a primeira do mundo, e o mundo está observando o que acontece aqui - afirmou o secretário do Tesouro, Josh Frydenberg. - Nossa legislação ajudará a garantir que as regras do mundo digital sejam um reflexo das regras do mundo físico e sustentem nosso setor de mídia.

REGRAS AVANÇAM NA UE

Google e Facebook enfrentam pressão crescente da parte de executivos do setor de mídia e reguladores em todo o mundo, que demandam que as plataformas paguem pelos direitos de exibir as notícias. Os editores argumentam que o conteúdo atrai leitura, mas a maior parte da receita assim gerada fica com as empresas de tecnologia.

O projeto de lei australiano é uma resposta a isso. Foram três anos de análises, que resultaram em uma consulta pública no país em agosto. Na ocasião, as gigantes americanas chegaram a dizer que poderiam deixar de operar na Austrália.

Segundo Frydenberg, Google e Facebook ficam com mais de quatro quintos dos gastos australianos com publicidade on-line.

O diretor administrativo do Facebook Austrália, Will Easton, disse que a empresa avaliaria a legislação e "se envolveria no processo parlamentar", a fim de "chegar a uma estrutura viável para apoiar o ecossistema de notícias da Austrália".

Um representante do Google não quis comentar, dizendo que a empresa ainda não viu a versão final da proposta.

No ano passado, a União Européia aprovou uma diretiva sobre **direito** autoral. Ela será transposta para a legislação de cada membro do bloco até junho de 2021. Espanha e França saíram na frente, e a Alemanha discute a sua lei.

No mês passado, o Google assinou acordos de **direitos** autorais com seis jornais e revistas franceses. Algumas empresas de mídia, porém, decidiram não aderir por terem achado os valores baixos.

Continuação: Austrália a um passo de fazer 'big techs' pagarem pelo uso de notícias

- Pegar o conteúdo das notícias sem pagar por ele, em troca de uma recompensa muito questionável de "alcançe", parece ser um arranjo muito injusto e desigual disse Denis Muller, membro honorário do Centre for Advancing Journalism da Universidade de Melbourne.

deixou de fora YouTube e Instagram, como previsto na versão original. Além disso, Google e Facebook poderão incluir nas negociações com a mídia o valor dos cliques de suas plataformas direcionados a sites de notícias. Isso foi visto como uma concessão às empresas.

A proposta, porém, recebeu algumas críticas. O texto

Receita apreende R\$ 2,6 bilhões em produtos piratas em 2020



guns dados não foram contabilizados em decorrência da pandemia de **coronavírus** .

Operação contra **pirataria**

A Receita Federal realiza nesta semana, uma operação contra a **pirataria** em um shopping popular no Brás, na capital paulista. Os agentes acreditam que a fiscalização deve durar cerca de 15 dias.

A expectativa da entidade é que sejam apreendidos mais de R\$ 300 milhões em roupas nos 300 boxes do centro de compras.

Link deste artigo: <https://economia.ig.com.br/2020-12-08/receita-apreende-r-26-bilhoes-em-produtos-piratas-em-2020.html> :

Números apontam crescimento em relação à 2019, quando R\$ 2,62 bilhões foram apreendidos

Reprodução Dados da Receita apontam aumento de 2% no valor de apreensões de **produtos** piratas

Um levantamento feito pela **Receita** Federal mostra que foram apreendidos cerca de **R\$ 2,67 bilhões** em produtos irregulares em 2020, um aumento de 2% se comparado ao mesmo período de 2019. Os dados foram obtidos pela Globo News e confirmados pelo Portal iG.

O número também é maior que o registrado em 2018, quando R\$ 2,4 bilhões em produtos foram apreendidos. De acordo com o fisco, o **estado** de São Paulo é o líder em quantidade de roupas apreendidas.

O valor de apreensões pode ser ainda maior, já que al-abpi.empauta.com

Apreensões de produtos piratas pela Receita crescem no país mesmo com pandemia; estado de SP lidera em vestuário falsificado



A Receita Federal apreendeu R\$ 2,67 bilhões em mercadorias ilegais entre janeiro e outubro deste ano. O valor equivalente a uma alta de 2% em comparação com o mesmo período de 2019 (R\$ 2,62 bilhões em produtos irregulares retirados de circulação), e pode ser maior, uma vez que há dados represados na contabilidade do órgão em razão da pandemia do coronavírus.

O levantamento foi feito com dados da Receita Federal obtidos pela **GloboNews** por meio da Lei de Acesso à Informação. São Paulo é o estado com a maior quantidade de roupas falsificadas apreendidas. (abaixo)



Para que um dado de apreensão seja lançado na estatística da Receita, é necessário o cumprimento de uma série de etapas de um processo administrativo, que inclui a publicação de editais. Os prazos para a publicação desses editais ficaram suspensos por alguns meses e foram retomados há poucas semanas em decorrência da pandemia.

Considerados os dados contabilizados até agora, os números de apreensões deste ano também superaram a marca do mesmo período de 2018.

Valores apreendidos em mercadorias ilegais no país de janeiro a outubro:

Grande operação em SP



A Receita realiza desde esta sexta-feira (6) uma operação que prevê a fiscalização de cerca de 300 boxes em um shopping popular no Brás, na região Central da capital paulista. Agentes do órgão estimam que levarão até duas semanas para vasculhar a mercadoria ilegal, a maior parte roupas falsificadas procedentes da China, que eram armazenadas e vendidas no local.

Continuação: Apreensões de produtos piratas pela Receita crescem no país mesmo com pandemia; estado de SP lidera em vestuário falsificado

A ação contou com a participação da Guarda Civil Metropolitana.

De acordo com o auditor fiscal Alan Towersey, chefe da Direp (Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho) da Receita Federal em São Paulo, devem ser retirados desse shopping cerca de R\$ 300 milhões em mercadoria ilegal.

São Paulo é o estado com a maior quantidade de roupas falsificadas apreendidas em todo o país. Segundo os números da Receita, em todo o estado, agentes apreenderam R\$ 90,3 milhões em vestuário ilegal entre janeiro e outubro. Rio de Janeiro (R\$ 50 milhões) e Santa Catarina (R\$ 25,8 milhões) vêm em seguida.

Auxílio emergencial

Segundo Towersey, um dos fatores que podem estar por trás do aumento das apreensões da Receita mesmo durante a pandemia é o auxílio emergencial pago

à parcela da população mais afetada pela redução da atividade econômica decorrente da pandemia do coronavírus.

"O auxílio emergencial é uma injeção de recurso especialmente numa classe [social] que faz esse tipo de aquisição, ou seja, que eventualmente gera demanda para esse tipo de compra", explica Towersey.

No shopping alvo da operação da Receita no Brás, por exemplo, os boxes vendem roupas a outros lojistas, sobretudo de outros estados do país, que levam esses produtos para revendê-los em seus locais de origem.

VÍDEOS: Veja mais sobre SP e Região Metropolitana

20 vídeos

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais
3

Pirataria
5, 6